



ATA DA QUINTA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniu-se no Centro e Múltiplo Uso no Município de Tangará, a Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Tangará e demais participantes conforme a lista de presença em anexo, para realização da quinta conferência pública de revisão do plano diretor e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do município de Tangará – SC, contemplando os demais setores rurais. A conferência foi iniciada com a palavra da arquiteta e urbanista, Sra. Priscila Garcia de Souza, explicando sobre a ficha que os presentes receberam na entrada, a forma de preenchê-la. Foi iniciada a apresentação elucidando sobre os conceitos gerais de planejamento urbano, do que é plano diretor e plano de mobilidade urbana, incluindo a etapa que está sendo desenvolvida pela equipe do CIMCATARINA, complementando a importância da participação popular nesta etapa. Foi explanado que as áreas rurais estão incluídas nas diretrizes que serão criadas e revisadas, também é possível incluir núcleos urbanos, possibilitando alguns usos para a área rural. Foi mencionado que esta etapa de coleta de dados da realidade de Tangará, estão sendo considerados os anseios da população para poder elaborar um Plano Diretor que possa atender às expectativas de todos. Logo após, foi apresentado o diagnóstico até o presente momento, incluindo as contribuições das comunidades de Marari e Irakitan, na quarta conferência pública. Foi exposto também, o resultado do trabalho que foi feito nas escolas, nos quais foram coletadas contribuições de alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio. Foram apresentados alguns dados, como o declínio populacional do município e o aumento do número da frota de veículos. Após, falou-se no diagnóstico da região da conferência, as comunidades rurais próximas à cidade. Passou-se para a parte da proposta de diretrizes do novo Plano Diretor. Foi dado um tempo de dez minutos para o preenchimento das fichas e então iniciou-se o debate para a manifestação e sugestões dos presentes. A Sra. Priscila citou algumas contribuições sobre as áreas rurais, feitas pelos formulários via online e dos participantes da quarta conferência, os quais falavam sobre a possibilidade de se estudar pavimentações e instalações de ciclovias. Um dos presentes reforçou a precariedade das estradas do interior. O secretário de administração, planejamento e finanças do município, Sr. Jurandir Pedro Cherubini, acrescentou que é complicado porque o município possui mil e duzentos quilômetros de estradas de chão então a conservação das estradas é uma tarefa árdua, mas mesmo assim, a administração está empenhada em melhorar cada vez mais a condição delas. Um dos presentes comentou que deveria existir uma lei obrigando os proprietários a autorizarem o alargamento da via. Outra contribuição, foi sobre a necessidade de as obras rurais terem um responsável técnico. Discutiu-se sobre os coleta de resíduos e sobre a iluminação pública e sobre a instituição de programas que incentivem o melhor uso dos recursos (luz, água, meio ambiente, etc). Um dos contribuintes enfatizou que é importante tentar manter o povo tanto na área rural, quanto na área central de Tangará. A contribuição do Sr. Anderson Luiz Bottega destacou que seria importante criar um distrito industrial para o aumento da geração de empregos. A vereadora, Sra. Maria Miria Rambo da Silva apresentou um dado relativo à quantidade de jovens que possuem bloco de notas rural ser baixíssimo e a



maioria das pessoas que possuem um bloco de notas, atualmente, está na faixa etária acima dos sessenta anos. Discutiu-se sobre a necessidade de ampliar o perímetro urbano já que nós temos um perímetro urbano grande, mas com um relevo que impossibilita a utilização dele, a possibilidade da implantação do distrito industrial e os passeios que possuem árvores, postes e placas que obstruem a passagem. Sugeriu-se ir fazendo e cobrando passeios por bairro, para facilitar a fiscalização por parte do município, inclusive diminuindo a largura de algumas vias para implantação de passeios, se necessário. Finalizando as contribuições, um presente citou que do fórum até a saída do município, no sentido para o município de Ibiá, não há estacionamento e passeios e a pista de rolamento está bem no meio do espaço disponível, então ele sugeriu deslocar a pista de rolamento para um dos lados e assim liberar o estacionamento do outro lado. Sem mais manifestações, a Sra. Priscila agradeceu a presença de todos e a conferência foi encerrada. Foi determinado a mim, Larissa Vendruscolo, Engenheira Civil, que lavrasse a presente ata, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, pela Sra. Camila Bruns e pela Sra. Priscila Garcia de Souza, como sinal de sua aprovação. Tangará, 27 de abril de 2018. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada.

CAMILA BRUNS
Fiscal de tributos

LARISSA VENDRUSCOLO
Engenheira Civil

PRISCILA GARCIA DE SOUZA
Arquiteta e Urbanista do CIMCATARINA